

O PROBLEMÁTICO ESTATUTO ONTOLÓGICO DOS CORPOS PARTICULARES EM DESCARTES: ELEMENTOS PARA UMA INTERPRETAÇÃO MONISTA

THE PROBLEMATIC ONTOLOGICAL STATUS OF PARTICULAR BODIES IN DESCARTES: ELEMENTS FOR A MONIST INTERPRETATION

Pedro Falcão Prikladnitzky¹

Resumo: Nesse texto, é abordado o problema em estabelecer o estatuto ontológico dos corpos particulares em Descartes. Ainda que seja explícito na obra do autor que a extensão designa uma substância, não é simples determinar se isso é válido para a totalidade da matéria bem como para indivíduos corpóreos que seriam observados nos fenômenos naturais. Essa dificuldade aparece nos comentários da filosofia de Descartes como um dilema entre uma interpretação pluralista ou monista do mundo material. O cerne da dificuldade, procura-se mostrar, se encontra em uma dificuldade anterior, a saber, a complexa teoria cartesiana da substância. Analisando passagens de diferentes obras em que Descartes emprega o conceito de substância vinculado à extensão, temos como objetivo encontrar a origem textual da interpretação pluralista. Após isso, as incoerências que ela possui com alguns princípios do dualismo cartesiano e, por fim, introduzir alguns elementos para sustentar a interpretação monista.

Palavras-chave: Descartes. Corpos. Substância.

Abstract: In this paper, the ontological status of individual bodies in Descartes is addressed. It is explicit in his works that extension designates a substance, however, it is not simple to determine whether this is applicable both to extension as whole as well for corporeal individuals that we observe in natural phenomena. This problem appears in the commentaries of Descartes' philosophy as the dilemma between a pluralist or a monist interpretation of the material world. The core of the difficulty, will be proposed, can be traced back to a prior difficulty, namely, the complex cartesian theory of substance. Analyzing passages from different works in which Descartes uses the concept of substance linked to extension, the textual origin of the pluralist interpretation can be found. Its inconsistencies with some principles of cartesian dualism are pointed out; and, finally, will be introduced some elements that support the monist interpretation.

Keywords: Descartes. Bodies. Substance.

Introdução

A descrição do mundo natural para Descartes se fundamenta no conceito de corpo e sua identidade com o conceito de extensão.²No desenvolvimento da sua filosofia natural, Descartes pretende demonstrar, como ponto de partida, que a extensão é a

¹ Universidade Estadual de Maringá. E-mail: prikladnitzky@gmail.com

² *Princípios de Filosofia* II, 4. AT VIII-A, 42. As referências às obras de Descartes seguem a padronização indicada pela edição crítica de Charles Adam e Paul Tannery indicada pela sigla AT. O volume pertencente à essa edição é indicado em algarismos romanos e a página em algarismos arábicos. As traduções para o português seguem diversas edições e são respectivamente indicadas em cada passagem.

característica responsável pela unidade de tudo aquilo que for material.³ A consequência metafísica dessa perspectiva é que a extensão que constitui o espaço ocupado pelo corpo é a mesma que constitui o corpo.⁴ Por sua vez, não há espaço que seja separado do corpo, sendo impossível a existência do vácuo.⁵ Não há, tampouco, na medida em que a extensão é indefinidamente divisível, átomos no mundo.⁶

O estabelecimento de princípios ontológicos que sustentam a perspectiva cartesiana do mundo físico é complementado pela análise e explicação dos fenômenos naturais. Nesse contexto, temos a interação causal de *corpos* resultando em uma diversidade de figuras e movimentos.⁷ As leis do movimento que marcam a transição da metafísica para a filosofia natural pressupõem a existência de corpos particulares e os movimentos por eles manifestados.⁸

A dinâmica conceitual propiciada por essas duas perspectivas, entretanto, gera dificuldades na compreensão da natureza da substância extensa em Descartes. A vinculação entre as noções de ‘extensão’ e ‘corporeidade’ é uma constante no seu pensamento. Posta desde as *Regras para Direção do Espírito e o Mundo*⁹, entretanto, é apenas em suas obras mais maduras que encontramos o desenvolvimento das teses de que corpo é uma substância cujo atributo principal é a extensão. Entre os comentadores há um profundo e extenso debate acerca do estatuto ontológico dos corpos particulares: corpos particulares são substâncias para Descartes ou apenas a extensão como um todo pode ser assim considerada? Temos uma divisão entre interpretações monistas e pluralistas.¹⁰ Isto

³ AT VII, 63-4; AT VIII-A, 42-5.

⁴ *Princípios* II, 10. AT VIII-A, 45.

⁵ *Princípios* II, 16. AT VIII-A, 49.

⁶ *Princípios* II, 20. AT VIII-A, 51.

⁷ Esse modelo de exposição dos fenômenos aparece nas obras que Descartes dedica à filosofia natural. Para mencionar alguns exemplos: AT VI, 93; AT VIII-A, 67-9; AT VIII-A, 108-9

⁸ *Princípios* II, 36. AT VIII-A, 61-2.

⁹ AT X, 419; AT X, 442; AT XI, 33.

¹⁰ Comentadores que defendem a interpretação monista são, por exemplo: Octave Hamelin, *Le Système de Descartes*. p. 305; Henri Gouhier, *La Pensée Métaphysique de Descartes*, p. 305; Martial Gueroult, *Descartes Selon L'Ordre des Raisons* vol. II p. 76; e Spinoza. *Dieu (Éthique I) Appendice n. 10*. 529-556. Jean-Marie Beyssade, *Étude sur Descartes*, p. 242. Michelle Beyssade, *Le Dualisme Cartésien et L'unité de L'Homme*; p.2 in *L'Esprit Cartésien* Jacques Havet (org.); Pierre Guenancia, *Lire Descartes*; p. 306-9 John Cottingham, *Descartes*, p. 119; S. V. Keeling, *Descartes*; p. 129-30; Bernard Williams, *Descartes: The Project of Pure Inquiry*, p. 126-9; Georges Dicker, *Descartes*; p. 212-7, Daniel Garber, *Descartes Metaphysical Physics*, p. 63-93; R. S. Woolhouse, *Descartes, Spinoza, Leibniz*, p. 22; Alcie Sowaal, *Cartesian Bodies*, p. 223. Comentadores que defendem o modelo pluralista são, por exemplo: Peter Markie, *Descartes' Concepts of Substance*, p. 71. Tad Schmaltz, *Descartes and Malebranche on Mind-Body Union*, p. 282 e *Descartes on the Extensions of Time and Space*, p. 119; Justin Skirry, *Descartes and the Metaphysics of Human Nature*, p. 1-3. Paul Hoffman, *Essays on Descartes*, 171-4; Jean Laporte, *Le Rationalisme de Descartes*, p. 183; Vere Chappell, *Descartes on Substance*, p. 260 Dan Kaufman, *Descartes on Composites, Incomplete Substances and Kinds of Unity*, 39-42; Matthew Stuart, *Descartes' Extended*

é, de um lado, temos a perspectiva que a ontologia cartesiana implica na afirmação de que há apenas uma substância no mundo físico: a extensão em sua totalidade. De outro lado, corpos particulares se enquadrariam nos requisitos de substancialidade e, com isso, seriam eles próprios substâncias.

Quando nos perguntamos se Descartes admite uma única substância corporal ou uma pluralidade de substâncias corporais, a resposta a essa pergunta não é simples. Os adeptos da interpretação monista consideram os objetos físicos individuais como modos da substância extensa. Outros comentadores, defensores da leitura pluralista, negam a tese acerca da existência de uma única substância corpórea, afirmando que corpos individuais não são apenas modos. Apontam para as ambiguidades que surgem pela estrutura da língua latina, que não contém artigos definidos ou indefinidos. O termo ‘*substantia*’ em Descartes pode significar ‘uma substância’, ‘a substância’, dificultando a determinação se quando ele se refere à substância extensa está considerando a extensão em geral e indeterminada ou objetos físicos individuais. Nesse contexto, a tradução da palavra latina ‘*corpus*’ se torna complexa. Poderia significar tanto o corpo considerado em geral, a extensão em sua totalidade, como um corpo individual. A associação, portanto, desses dois conceitos na filosofia de Descartes não é clara. Se, por um lado, a substancialidade da extensão em geral não seja problemática no texto cartesiano, não podemos dizer o mesmo dos corpos individuais. O seu estatuto ontológico é vago. O objetivo deste texto é examinar um conjunto de passagens em que Descartes emprega o conceito de substância associado a corpos ou a extensão e levantar algumas hipóteses acerca da origem do problema em determinar o seu estatuto ontológico. Após isso, apresentaremos alguns elementos que podem conduzir para a defesa de uma interpretação monista.

1. Corpos apresentados como substâncias

É inegável que corpos particulares parecem ser substâncias. Em inúmeras passagens Descartes se refere a eles empregando o termo ‘substância’. Na *Terceira Meditação*, por exemplo, ele afirma que pedra é uma substância:

Substances, p. 83 e Edward Slowik, Descartes and Individual Corporeal Substance, p. 2; and *Cartesian Spacetime*, p. 90-101.

Quanto às ideias claras e distintas que tenho das coisas corporais, há algumas dentre elas que, parece, pude tirar da ideia que tenho de mim mesmo, como a que tenho da substância, da duração, do número e de outras coisas semelhantes. Pois, quando penso que a pedra é uma substância ou uma coisa que é por si capaz de existir, e em seguida que sou uma substância, embora eu conceba de fato que sou uma coisa pensante e não extensa, e que a pedra, ao contrário, é uma coisa extensa e não pensante, e que, assim, entre essas duas concepções há uma notável diferença, elas parecem, todavia, concordar na medida em que representam substâncias.¹¹

Descartes, no seu percurso de análise das ideias que conduzirá ao argumento para demonstrar a existência de Deus, introduz a ideia de substância cujo conteúdo representa um dos possíveis candidatos a entidades que existem além do sujeito pensante. Substância aqui é concebida como aquilo que pode existir independentemente.¹² Ainda que haja uma distinção entre mente e corpo, tais entidades compartilham igualmente da noção de substância. O critério de independência para a substancialidade que começa a ser desenvolvido nas *Meditações* reaparece nos *Princípios de Filosofia* onde é explicitado e aprofundado.¹³ Na exposição da definição da distinção modal, Descartes mais uma vez se refere à pedra como uma substância:

A segunda, porém, é conhecida a partir da consideração de que podemos, é verdade, chegar ao conhecimento de um modo sem o outro e vice-versa; mas não ao conhecimento de um ou outro sem a mesma substância a que são inerentes. Assim, por exemplo, se uma pedra é movida e é quadrada, posso, é verdade, entender sua figura quadrada sem o movimento; e, vice-versa, seu movimento sem a figura quadrada; mas não posso entender nem esse movimento nem essa figura sem a substância da pedra.¹⁴

Nessa passagem, Descartes apresenta a assimetria nas relações de dependência conceitual dos modos de uma substância e dos modos em relação à substância. Enquanto podemos conceber uma substância como tendo um modo sem ter outro, não é possível conceber a presença de nenhum modo sem que haja também a presença de uma substância que forneça condições para a efetivação dos modos.

Ao apresentar a sua teoria da substância e conceitos a ela diretamente relacionados, Descartes expressamente atribui substancialidade a corpos particulares. Isso

¹¹ AT VII, 44; *Obras de Descartes*. p. 115.

¹² Cf. Garber, Daniel. *Descartes Against the Materialists*. Chappell, Vere. *Descartes on Substance*.

¹³ *Princípios de Filosofia* I, 51. AT VIII-A, 25.

¹⁴ AT VIII-A, 30; *Princípios de Filosofia*, tradução Seminário de Filosofia da Linguagem UFRJ. p. 79.

também ocorre na sua correspondência. Ao responder a Arnauld, nas *Quartas Respostas*, Descartes afirma não apenas que objetos físicos particulares são substâncias como também suas partes podem ser consideradas substâncias em um sentido derivado.¹⁵ Já nas *Sextas Respostas*, os ossos e a carne de um animal são descritas como substâncias em uma comparação cujo objetivo é explicar o argumento da distinção real entre mente e corpo.¹⁶ E, para finalizar a lista de exemplos, no texto que visava desautorizar a interpretação que Regius publicou de sua filosofia, *Comentários sobre um Certo Cartaz*, Descartes descreve artigos de roupa como substâncias.¹⁷

Descartes se refere aos corpos empregando o termo ‘substância’ não só em contextos menos precisos, onde tal termo seria sinônimo de coisa ou entidade. Acabamos de ver essa associação em passagens onde se mobiliza a sua teoria da substância. Nesse sentido, por que não podemos aceitar a teoria pluralista? A adesão a essa interpretação não é imediata pelas próprias condições e critérios de substancialidade apresentados por Descartes. Para deixar isso mais claro vamos aprofundar alguns tópicos da sua teoria da substância.¹⁸

2. Definições de substância

Já vimos acima que independência é uma característica da substancialidade. Seres que existem independentemente podem ser caracterizados como substâncias. Agora, independência em que sentido? É possível retrair ao menos três sentidos de independência nas obras de Descartes: existencial, causal e conceitual. Além disso, esses sentidos de independência se associam para formar dois modelos de interpretação da substância.¹⁹ Teríamos o modelo da substância como último sujeito de predicação ou o modelo da substância como uma natureza particular determinada.²⁰ Esses modelos, ainda que partam de elementos comuns, constituem duas definições inconsistentes entre si de

¹⁵ AT VII, 222; AT VII, 228

¹⁶ AT VII, 424. A definição de distinção real pode ser encontrada em AT VII, 162; AT VIII-A, 28-29.

¹⁷ AT VIII-B, 351.

¹⁸ A teoria da substância em Descartes é um tema complexo que demandaria um estudo independente. Contudo, o exame de alguns elementos será importante para desenvolver a dificuldade em torno dos corpos particulares.

¹⁹ Cf. Rozemond, Marleen. *Descartes' Dualism* e Schechtman, Anat. Substance and Independence in Descartes.

²⁰ Levy, Lia. O Conceito Cartesiano de Atributo Principal; Garber, Daniel. Descartes Against the Materialists, e Rozemond, Marleen. *Descartes' Dualism*

substância. Descartes não pode defender uma teoria da substância na qual ambas descrições expressariam a natureza da substância.

O modelo de substância como último sujeito de propriedades encontra sua expressão mais clara nas definições de substância e seus tipos nas *Segundas Respostas*:

V. Substância: Esse termo se aplica a toda coisa que reside imediatamente como em seu sujeito, ou pela qual existe, algo que concebemos, isto é, qualquer propriedade, qualidade ou atributo, de que temos em nós real ideia, chama-se substância. Pois não possuímos outra ideia de substância precisamente tomada, salvo que é uma coisa na qual existe formal, ou eminentemente, aquilo concebemos, ou aquilo que está objetivamente em alguma de nossas ideias, posto que a luz natural nos ensina que o nada não pode ter nenhum atributo real.²¹

Descartes volta a nossa atenção para a relação de dependência das características que percebemos das coisas em relação a um sujeito. Quando Descartes afirma que a nossa única ideia de substância é a de uma coisa na qual as propriedades existem, ele está se referindo à sua inerência em um sujeito. Essa ideia de inerência é reiterada nas definições subsequentes onde são apresentadas a substância pensante e a substância extensa:

VI. A substância, em que reside imediatamente o pensamento, é aqui chamada espírito [alma ou mente]. Todavia, tal nome é equívoco, pelo fato de o atribuírem também às vezes ao vento e aos licores muito sutis; mas não sei de outro mais próprio.

VII. A substância, que é o sujeito imediato da extensão e dos acidentes que pressupõem a extensão, assim como da figura, da situação, do movimento local, etc., chama-se corpo. Mas saber se a substância chamada espírito é a mesma que chamamos corpo, ou se se trata de duas substâncias diversas e separadas, eis o que será examinado em seguida.²²

Descartes afirma que há dois tipos de substâncias, substâncias extensas e pensantes, que dão suporte a dois tipos de conjuntos de características. Essas requereriam algo em que ineririam. Mas Descartes não esclarece além disso a natureza dessas duas substâncias, não parecendo haver uma diferença em termos de substancialidade entre pensamento e extensão; ambas fornecem suporte para um certo grupo de propriedades. Essas passagens mostram que Descartes estaria seguindo uma tradição aristotélica-escolástica que compreende a prioridade lógica e ontológica da substância em termos de inerência. Está implícito nesse modelo que as noções de modos, atributos e qualidades

²¹ AT VII, 161; *Obras de Descartes*. p. 148

²² *Idem*.

que Descartes emprega intercambiavelmente devam ser vista em termos de acidentes. Parece natural, com isso, interpretar a noção de atributo principal, explicitada nos *Princípios*, em termos de essência.

Diante desse modelo de interpretação da substância, corpos particulares podem ser considerados substâncias. Nos *Princípios*, Descartes define o que compreende por um corpo particular.

Por [um] corpo ou [uma] parte da matéria entendo tudo aquilo que é transferido conjuntamente, ainda que seja composto de várias partes que possuem diferentes movimentos relativos entre si. E eu digo *a transferência* e não a força ou ação que causa a transferência, para mostrar que movimento é sempre algo no corpo que se move e não no corpo que causa o movimento.²³

No mundo físico temos a extensão em sua totalidade que é indefinidamente divisível.²⁴ As suas divisões, as suas partes, seriam os corpos particulares. E as partes possuem as suas identidades, enquanto partes, devido à relação de movimento que possuem com as determinações de outras partes extensão que lhe são adjacentes. Como o movimento associado às partes é condição de toda modificação da extensão seria possível afirmar que elas são sujeitos de predicação.²⁵ As diferentes configurações que a matéria pode assumir seriam inerentes às partes que a suportam. O mundo físico, portanto, seria composto da extensão e de suas partes. O último sujeito de predicação seria a extensão em sua totalidade, visto que as partes são dependentes dela. Mesmo assim, unidade das partes é tal que teriam condições de serem sujeitos de predicação, ainda que em um sentido derivado.

A diferença em graus de substancialidade não seria exclusiva da relação da extensão com suas partes, pois isso já ocorre entre Deus e as substâncias criadas como Descartes afirma nos *Princípios*.²⁶ Há uma dependência causal de todas as coisas em relação a Deus. Tudo depende do seu concurso para existir. Nesse sentido, ele é a única coisa que irrestritamente pode ser chamada de substância. Nota-se que aqui, não é o aspecto ser sujeito de predicação da substancialidade que está sendo diretamente considerado. As substâncias criadas, são assim chamadas, pois dependem unicamente de Deus para existir. Com isso, no domínio do mundo criado são os seres mais

²³ AT VIII-A, 54.

²⁴ AT VIII-A, 52.

²⁵ AT VIII A, 53.

²⁶ AT VIII-A, 25.

independentes. A elas também cabe o papel de serem sujeitos, e, no caso da extensão, podemos considerar as suas partes como uma derivação do seu grau de independência. Contudo, permanecem tendo unidade de independência superior a dos diversos outros modos da corporeidade. Nesse sentido, elas seriam substâncias corpóreas em um contexto circunscrito e não seriam substâncias em um sentido absoluto.

Entretanto, o argumento para a distinção real entre mente e corpo na *Sexta Meditação* introduz o aspecto da independência conceitual como requisito para substancialidade.²⁷ Esse critério ameaça a tese de que corpos particulares sejam substâncias. Seguindo a estrutura do argumento, temos a posse de uma representação clara e distinta da mente independente de qualquer noção corpórea e uma representação do corpo independente de qualquer representação mental. Esse critério sendo satisfeito, dada a onipotência de Deus, é possível que tais coisas existam separadamente. Nesse caso, nem corpo seria uma propriedade da mente, tampouco a mente seria uma propriedade do corpo. Pelos esclarecimentos feitos nas discussões com Arnauld e Caterus, Descartes não pretende, e nem poderia pretender, demonstrar que mente e corpo são substâncias no modelo do último sujeito de predicção.²⁸ Elas podem ser consideradas substâncias na medida em que podem existir separadamente (seriam coisas completas). A concepção clara e distinta de uma não envolve nenhuma nota identitária da outra. Se assumíssemos o modelo da substância como sujeito, em que há uma distinção entre a substância e suas propriedades onde o sujeito é considerado um mero substrato, não se pode extrair a real distinção entre mente e corpo.

Retomando a definição de substância do apêndice das *Segundas Respostas*, vemos que pensamento e extensão são considerados como determinações que repousam imediatamente em algo subjacente comum entre elas.²⁹ Há uma distinção entre o sujeito e suas propriedades. Algo que pensa também pode ser algo corpóreo e algo corpóreo também pode ser algo que pensa. Tal distância conceitual entre ser sujeito e as características que o determinam, impede a demonstração categórica da distinção real entre mente e corpo.

Caterus e Arnauld, ao pressionar Descartes para esclarecer o seu argumento, possibilitaram a introdução de elementos fundamentais da metafísica cartesiana que seriam aprofundados nos *Princípios*. Ao estabelecer a importância da independência

²⁷ AT VII, 78.

²⁸ AT VII, 100; AT VII, 201.

²⁹ AT VII, 161

conceitual na sua concepção de substância, Descartes estaria se distanciando do modelo de substância enquanto sujeito. Se relevante para o argumento é a concepção de substância como ser que podemos conceber clara e distintamente existindo por si só, sem referência a qualquer outra coisa, isso só é possível através da tese do atributo principal. Ou seja, ser substância é ser algo particular determinado e não um sujeito indeterminado.³⁰

As reflexões feitas a partir do argumento da distinção real possibilitaram a construção de um outro modelo de substancialidade. Enquanto o modelo do sujeito supõe a distinção entre a substância e suas propriedades, o modelo da substância enquanto uma natureza determinada afirma a identidade entre a substância e seu atributo. A sua base se encontra nas definições de atributo principal e distinção de razão encontradas na primeira parte dos *Princípios*:

Por fim, a distinção de razão é a que se faz entre uma substância e algum atributo dela sem o qual ela não pode ser entendida, ou entre dois desses atributos de uma mesma substância. E essa distinção vem a ser conhecida a partir da consideração de que não podemos formar uma ideia clara e distinta dessa substância se excluirmos dela aquele atributo, ou que não podemos perceber uma ideia clara de um desses atributos se o separamos do outro.³¹

O pensamento e a extensão podem ser considerados como constituindo a natureza da substância inteligente e a da corpórea; e, assim, não devem ser concebidos de outro modo senão como a própria substância pensante e a substância extensa, isto é, como a mente e o corpo; destarte, são entendidos claríssima e distintamente. E até entendemos a substância extensa ou a substância pensante mais facilmente do que a substância tomada isoladamente, deixando de lado que pense ou seja extensa. Pois não deixa de haver alguma dificuldade em abstrair a noção de substância das noções do pensamento ou da extensão, visto que estas são diversas daquela tão-somente pela razão; e um conceito não se torna mais distinto pelo fato de compreendermos nele menos coisas, mas tão-somente pelo fato de acuradamente distinguirmos de tudo o mais as coisas que nele compreendemos.³²

Ser uma substância extensa ou pensante não é ser um último sujeito de atribuição no qual a característica da extensão ou pensamento é adicionada. Ao contrário aquilo que é

³⁰ AT VIII-A, 25; AT VIII-A, 30.

³¹ *Princípios* I.62. AT VIII-A, 30. *Princípios de Filosofia Seminário de Filosofia da Linguagem*. p. 79-80.

³² *Princípios* I.63. AT VIII-A 31. *Princípios de Filosofia Seminário de Filosofia da Linguagem*. p. 80.

subjacente às determinações de modos é o pensamento ou a extensão substancializada. Falar de um sujeito último indeterminado é uma abstração confusa de uma entidade metafísica e não a apresentação de uma característica ontológica básica do ser.³³ Tomar a substância como uma natureza determinada é recusar a distância, portanto, entre o atributo e a substancialidade que ele determina. É pela a sua própria natureza enquanto concepções independentes que podemos considerar, extensão e pensamento, seres substancializados. Ao compreender o fundamento substancial de extensão e pensamento, estamos compreendendo a natureza das suas substâncias enquanto tal.

Nesse modelo, fica claro que a extensão como um todo é uma substância. Mas, nesse cenário, como compreender o estatuto ontológico das partes da extensão? Para responder essa questão é preciso compreender a relação da extensão com seus modos. Ao adotarmos a interpretação da substância como uma natureza determinada específica, somos capazes de conceber modo sem supor uma relação de inerência entre uma propriedade em um sujeito. Já vimos que corpos particulares são definidos através do movimento que é um modo da extensão. Movimento é um modo que possui uma função peculiar: as demais determinações da extensão (os demais modos) dependem de alterações de movimento. Concebemos matéria com certa figura e tamanho na medida em que se move. Corpos particulares seriam modos de segunda ordem engendrados pelo movimento.

Isso não impedia, no modelo da substância como sujeito, que as partes enquanto modos, fossem sujeitos de determinação e poderiam ser consideradas partes substanciais. Contudo, esse não é o caso no modelo da substância como natureza determinada. Parece natural, nesse modelo, descrever os corpos particulares como modos da substância extensa. Movimento aparece como o princípio que torna possível a separação das partes da extensão, pois é responsável pela distinção entre elas. O que significa que corpos particulares só podem existir na medida em que se movem. Corpos particulares podem então ser descritos como a extensão existindo em uma maneira específica como um resultado do movimento.

Podemos conceber partes dos corpos como indivíduos que possuem unidade, isso é claro pela variedade de exemplos fornecida por Descartes nas suas obras. Mas isso não significa que tal individuação é uma característica das partes da extensão em si. Como Descartes reconhece no artigo 12 da segunda parte dos *Princípios*, nós podemos alcançar

³³ Cf. AT VII, 222; AT VIII-A, 25.

concepções de corpos individuais por uma operação do intelecto da mesma medida em que podemos conceber uma extensão genérica como algo que é comum a todos os corpos. Essa concepção, no entanto, não é clara e distinta. É uma abstração da natureza extensa.³⁴ Ainda na segunda parte dos *Princípios*, quando Descartes analisa a natureza das superfícies dos corpos, é defendido que há uma superfície comum entre os corpos. A demarcação das superfícies de corpos particulares é uma operação puramente conceitual. Não é uma característica real nem do corpo que circunscreve uma superfície por estar se movendo, nem uma característica real de um corpo que é circunscrito pelo movimento, por estar em repouso.³⁵

3. O Critério de Incorruptibilidade

Descartes, na *Sinopse das Meditações*, ao explicar as razões da ausência de uma prova para a imortalidade da alma na obra, apresenta outra característica importante para a substancialidade que tem consequências para o estatuto ontológico dos corpos:

Em primeiro lugar, para que se saiba que todas as substâncias em geral, isto é, as coisas que só existem porque criadas por Deus, são incorruptíveis por sua natureza e nunca podem abandonar o ser, a menos que Deus Ele mesmo lhes negue o seu concurso, reduzindo-as ao nada. Em segundo lugar, para que se saiba que, genericamente tomado [corpus quidem in genere sumptum], o corpo é sem dúvida uma substância e, por isso, também nunca perece. Mas que o corpo humano, na medida em que difere dos outros corpos, é constituído por certa configuração de membros e de outros acidentes desse modo, ao passo que a mente humana não é constituída dessa maneira, a partir de acidente algum, mas é pura substância.³⁶

Descartes introduz a tese de que toda substância é incorruptível por natureza. Somente Deus é capaz de destruí-la. Desse modo, a mente ou a alma, por sua substancialidade, é imortal. Entretanto, a *res cogitans* não é a única substância criada no universo cartesiano. Corpo também é uma substância criada. Se assumirmos, assim, que corpos particulares como o corpo humano, uma pedra, peças de vestuário, são substâncias nós devemos sustentar, de acordo com o que é dito na *Sinopse*, que todos são incorruptíveis e imunes a mudança. Isso, contudo, é absurdo. Corpos claramente mudam

³⁴ AT VIII-A, 46-7.

³⁵ *Princípios* II, 15. AT VIII-A, 48

³⁶ AT VII, 13; Fausto 225-6

de configuração e de posição na física cartesiana. Inclusive, movimento é uma característica central para a determinação da natureza dos corpos.³⁷ Para evitar essa conclusão, Descartes faz uma distinção entre corpo tomado em geral (*corpus quidem in genere sumptum*) e corpos particulares. O corpo tomado em geral é uma substância; corpos particulares não são. Ainda que explícita e direta, tal distinção traz mais questões do que propriamente esclarece o ponto. O que significa ‘corpo tomado em geral’? Qual é a sua relação com os corpos particulares? Todavia, essa não é a única passagem em que Descartes emprega expressões similares. A sua análise, portanto, pode indicar um caminho mais preciso para o seu significado no pensamento cartesiano. Nos *Princípios*, Descartes diz que ‘extensão em geral’ consiste não na totalidade da extensão, mas uma abstração de algo extenso:

Apesar de tudo, pensamos que a mesma extensão do lugar onde esta a pedra se manteve – se bem que o lugar que antes ocupava tenha estado preenchido por madeira, água, ar ou por qualquer outro corpo, ou até que nos parecesse vazio, dado que consideramos a extensão em geral [extensio consideratur in genere], parecendo-nos que a mesma pode estender-se às pedras, à madeira, à água, ao ar e a todos os corpos também ao vazio, se o houver, no caso de ela ter a mesma grandeza e figura que antes – e que conserve a mesma posição relativamente aos corpos que determinam este espaço.³⁸

Ao analisarmos diferentes corpos alternando de posição no mundo somos capazes, diz Descartes, de conceber uma posição no espaço que pode ser ocupada por uma pedra, um pedaço de madeira, alguma porção de água ou ar. Esse lugar pode ser considerado uma parte de extensão indeterminada. Em um primeiro momento, essa passagem é coerente com a possibilidade do vácuo. Seria possível a existência de um espaço sem corpos que o preencham. Porém, isso será refutado, como já mencionamos, na sequência dos *Princípios*.³⁹ Descartes não está aqui, portanto, comprometido com a natureza da extensão em si, mas apenas com a nossa concepção da extensão. A passagem do artigo 12 da segunda parte dos *Princípios* não designa os critérios da determinação de uma substância, apenas uma abstração: o fato que podemos abstrair um determinado objeto físico de seu entorno. É importante notar que tal abstração seria categorizada como uma

³⁷ II, 25.

³⁸ *Princípios* II, 12. AT VIII-A, 47. Edições 70. 64

³⁹ Cf. *Princípios* II, 16. AT VIII-A, 49.

distinção modal ou racional segundo os critérios dispostos na primeira parte dos *Princípios*, e não uma distinção real que seriam pertinentes a substância.⁴⁰

De todo modo, vemos que a extensão em sua totalidade não parece ser o único candidato possível para preencher a referência da expressão ‘corpo considerado em geral’. Contudo, ela é a única que vincula expressamente a substancialidade com essa característica da extensão. A *Sinopse* traz à baila a incorruptibilidade como condição necessária para algo ser uma substância. Essa característica é manifestada apenas pelo corpo tomado em geral, mas não pelo corpo humano, que é um exemplo claro de corpo particular. De fato, a definição de corpos particulares dada por Descartes no artigo 25 da segunda parte dos *Princípios* traz a corruptibilidade como um elemento dos corpos particulares.⁴¹ Movimento envolve uma transferência ou alteração de posição. Com isso, corpos particulares são por sua natureza corruptíveis. Os corpos em geral do artigo 12 dos *Princípios* são corpos particulares suscetíveis à mudança. Portanto, eles não cumprem os requisitos estabelecidos pela *Sinopse*. Considerando os diferentes usos das expressões ‘corpo em geral’ e ‘extensão em geral’⁴² podemos dizer que a *Sinopse* assume que corpo ou extensão não dependem para sua identidade de movimento. Tampouco depende de uma operação mental para ser delimitada a sua unidade. Ela é a totalidade da extensão dada e, nesse sentido, se identifica com o espaço pleno. A generalidade manifestada nos *Princípios* não se refere à extensão que pode existir independentemente do pensamento, apenas apresenta uma abstração genérica da extensão que não possui correspondente na realidade.

Se prestarmos atenção aos exemplos fornecidos por Descartes quando ele descreve as partes da matéria como substâncias sempre são apontados objetos físicos tridimensionais (pedra, corpo humano, peças de vestuário e até mesmo uma mão humana). Nós podemos conceber tais objetos os separando do seu ambiente, delimitando sua unidade.⁴³ Tais objetos se apresentam empiricamente como sendo claramente diferentes da superfície de objetos que os circundam. Eles exercem um papel fundamental na física de Descartes, pois são eles os indivíduos que são submetidos a alterações e a mudanças que serão nela descritas e explicadas. Desse modo, exercem um papel essencial na aplicação das leis do movimento de Descartes.

⁴⁰ Cf. Teoria das distinções primeira parte dos *Princípios*. AT VIII-A, 28-31.

⁴¹ *Princípios* II, 23. AT VIII-A, 52-3.

⁴² Cf. Schmaltz, Tad. Descartes on the Extensions of Space and Time.

⁴³ Cf. Carta a Gibieuf que sugere que a particularidade dos corpos é fruto de operação do intelecto. AT III, 477

Considerações finais

Ainda que a interpretação pluralista seja capaz de apresentar uma interpretação que garanta substancialidade aos muitos casos na obra de Descartes em que objetos particulares são assim referidos, ela não parece se adequar à física desenvolvida nos *Princípios*. Não parece ser coerente, também, com a metafísica que suporta a noção de atributo principal reivindicada pelo dualismo e não responderia ao critério de incorruptibilidade. A interpretação monista, por outro lado, deve ser capaz de reconstruir aquelas passagens nas quais Descartes descreve objetos particulares como substâncias de tal modo que o termo ‘substância’ não se refira ao termo técnico, o conceito preciso de substância, mas apenas como um sinônimo de ‘*res*’ ou ‘coisa’.

Descartes em nenhum lugar da sua obra define o termo ‘*res*’. O seu significado é empregado de forma mais abrangente que o conceito de substância, em sentido estrito, e não pode ser considerado conversível a ele. É a expressão mais geral empregada na ontologia cartesiana, assim, sua definição não poderia conter algum elemento que seja mais simples ou mais abrangente. Chamar o sujeito pensante ou o corpo de *res* não implica o mesmo que determinar que eles sejam substâncias, ainda que pensamento e extensão sejam assim designados. Como vimos, substancialidade requer um nível de independência em muitos aspectos que nem todas as coisas satisfazem na ontologia proposta por Descartes. *Res* pressupõe uma unidade mais fraca do que a unidade da substância. A sua unidade pode ser artificial e construída por uma operação mental. Tal unidade seria derivativa de entidades que possuem unidades por si. Ao aproximar *res*, nesse sentido, de substância, Descartes não está empregando o conceito de substância em sentido técnico. Ao determinar que algo é uma *res*, temos a mais ampla designação conceitual para algo, mas não exatamente a discriminação precisa de elementos que constituem à realidade. Ao atribuir ‘*res*’ aos corpos particulares, Descartes apresenta a imagem manifesta do mundo material. Todavia, essa imagem não é necessariamente correspondente à imagem metafísica, em sentido estrito, de tal mundo.

Com isso, podemos dizer que há um sentido mais fraco de substância em Descartes. Toda coisa extensa, toda parte de matéria concebível é uma *res*. Se tomarmos, substância, em seu sentido fraco, como sinônimo dessa unidade metafísica precária, podemos designar ambigualmente os corpos individuais por substâncias. Embora essa possa parecer estranha, a possibilidade de um mundo material constituído por uma única

substância é coerente com a física de Descartes. Ao argumentar contra a existência do vácuo no mundo material, Descartes identifica a extensão do espaço com a extensão da substância corpórea.

Ele também toma a extensão dessa substância como divisível em indefinidas partes. Na interpretação pluralista, tomamos essas partes como partes substanciais distintas. No entanto, Descartes também sugere algumas vezes que a substancialidade requer a possibilidade de existência separada. Assim, o pluralista deve assumir que essas partes podem existir independentemente do todo a que pertencem, sendo uma coisa em si. Nesse caso, a extensão como um todo seria a soma das suas diferentes partes. Ela seria o resultado de uma operação da mente sobre as partes substanciais. Essa interpretação não parece consistente com a afirmação de que a substancialidade do todo é genuína e das partes, se possível, seria apenas derivada. Se analisarmos essas passagens, parece que Descartes só pode defender a posição pluralista se houver uma grande revisão do papel que a distinção real e a noção de independência desempenham na definição de substancialidade na sua metafísica. Se uma substância é estabelecida como uma entidade cuja natureza a faz existir independentemente, mas as suas partes para existirem demandam a existência das partes contíguas, dado que o mundo é pleno e não há vazio, então não podemos dizer que uma parte da extensão é realmente independente, tampouco uma substância. Parece que todo corpo particular exige necessariamente a existência de todos os outros corpos particulares que o cercariam no espaço.

Na leitura monista, essas partes da extensão são modificações ou modos da extensão. Esses modos estariam sujeitos à mudança e alteração e seriam corruptíveis. Mas a incorruptibilidade do todo seria comprometida pela corruptibilidade das suas partes. Se as partes são um constituinte do todo, dizer que uma parte do todo pode perecer também é dizer que o todo pode perecer. Isso é um problema a ser resolvido, porém, a possibilidade levantada aqui é que as partes não sejam reais e apenas abstrações da extensão. Os intérpretes que se agarram a passagem da *Sinopse* tendem a entender corpos particulares como modos da extensão concebida em sua totalidade. Contudo, eles precisam responder às dificuldades impostas pela desafiadora passagem das *Sextas Respostas* que traz à tona a estranha relação entre o conceito de ‘parte’ e ‘modo’. Os comentadores que, por outro lado, negam que Descartes está comprometido com a tese de que há apenas uma única substância extensa usualmente contam com a ambiguidade entre as versões latina e francesa do texto da *Sinopse* e tentam reconstruir a expressão ‘corpo tomado em geral’ não como implicando uma distinção ontológica entre extensão

como um todo e os corpos particulares, mas apenas uma diferença epistêmica entre modos e atributo principal da extensão. O termo latino ‘substantia’, eles afirmam, pode ser interpretado tanto como ‘uma substância’, ‘a substância’, ou ainda apenas o substantivo ‘substância’. Assim, quando Descartes está se referindo a substâncias extensas pode ser o caso que ele está falando apenas sobre coisas extensas ou algo que tenha extensão.⁴⁴

Não é possível assumir as duas teses ao mesmo tempo. Uma é claramente a negação da outra. Admitir que apenas a totalidade do mundo material é uma substância é admitir que corpos particulares são no máximo modos ou propriedades dessa substância. Por outro lado, admitir que corpos particulares são substâncias com modificações de figura, tamanho e movimento é negar que a unidade que eles formam quando colocados em conjunto é uma substância no mesmo sentido que eles são. Nós vimos que a ideia dos corpos particulares está diretamente vinculada com a concepção de substância como sujeito de propriedades. Porém, não é claro se essa é a posição final de Descartes acerca do conceito de substância e qual é exatamente a maneira em que devemos conceber isso como um sujeito de inerência. A tese de que apenas a extensão em sua totalidade possa ser considerada uma substância navega em torno da relação entre substancialidade e unicidade do atributo principal. Uma tese complexa que também demanda uma investigação detalhada.

Referências

- BEYSSADE, J-M. *Étude sur Descartes: L'Histoire d'un Esprit*. Points. 2001
- BEYSSADE, M. ‘Le Dualisme Cartésien et L'unité de L'Homme’ in *L'Esprit Cartésien*. Havet, J. (org.). Paris. Vrin. 2002
- CHAPPELL, V. ‘Descartes on Substance’. In: *A Companion to Descartes*. Carriero, J. e Broughton, J. (ed.). Blackwell. 2010
- COTTINGHAM, J. *Descartes*. Blackwell. 1991.
- DESCARTES, R. *Œuvres de Descartes*. Publiées par Charles Adam et Paul Tannery. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1996. 12 v.
- _____. *Obras de Descartes*. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Abril, 1983.
- _____. *Princípios da filosofia*. Tradução de João Gama. Lisboa: Edições 70, 1997.
- _____. *Princípios da Filosofia*. Tradução coordenada por Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.
- DICKER, G. *Descartes*. Oxford. Oxford University Press. 1993.
- GARBER, D. *Descartes Metaphysical Physics*. Chicago. Chicago University Press. 1992.

⁴⁴ Cf. Woolhouse, R. S. *Descartes, Spinoza, Leibniz: The Concept of Substance in the Seventeenth Century* p.22-24

- _____. 'Descartes Against the Materialists: How Descartes' Confrontation with Materialists Shaped his Metaphysics'. In: *Descartes' Meditations: A Critical Guide*. Detlefsen, K. (ed.) Cambridge. Cambridge University Press. 2014.
- GOUHIER, H. *La Pensée Métaphysique de Descartes*. Paris. Vrin. 2001.
- GUENANCIA, P. *Lire Descartes*. Folio 2001.
- GUEROULT, M. *Descartes Selon L'Ordre des Raisons* vol. II. Paris. Aubier. 1955.
- _____. *Spinoza. Dieu (Éthique I)*. Paris. Aubier. 1997.
- HAMELIN, O. *Le Système de Descartes*. Forgotten Books. 2018
- HOFFMAN, P. *Essays on Descartes*. Oxford. Oxford University Press. 2009.
- KAUFMAN, D. Descartes on Composites, Incomplete Substances and Kinds of Unity. *Archiv für Geschichte der Philosophie* 90 (1):39-73. 2008.
- KEELING, S. V. *Descartes*. Greenwood Press. 1970.
- LAPORTE, J. *Le Rationalisme de Descartes*. Paris. Presses Universitaires de France PUF. 1988.
- LEVY, L. 'O Conceito Cartesiano de Atributo Principal'. In: Levy, L.; Rocha, E. (Org.). *Estudos de Filosofia Moderna*. 1ed. Porto Alegre: Linus Editora, 2011, v. 1, p. 69-80.
- MARKIE, P. 'Descartes' Concepts of Substance'. In: Cottingham, J. *Reason, Will and Sensation: Studies in Descartes' Metaphysics*. Oxford. Clarendon Press. p. 63-87. 1994
- ROZEMOND, M. *Descartes's Dualism*. Harvard University Press. 2002.
- SCHECHTMAN, A. Substance and Independence in Descartes. *Philosophical Review* 125 (2):155-204. 2016.
- SCHMALTZ, T. Descartes and Malebranche on Mind-Body Union. *Philosophical Review* 101 (2):281-325. 1992
- _____. Descartes on the Extensions of Time and Space. *Analytica*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p.113-147, 2009.
- SKIRRY, J. *Descartes and the Metaphysics of Human Nature*. Continuum. 2006.
- SLOWIK, E. Descartes and Individual Corporeal Substance. *British Journal for the History of Philosophy* 9 (1):1 – 15. 2001.
- _____. *Cartesian Spacetime*. Springer. 2002.
- SOWAAL, A. Cartesian Bodies. *Canadian Journal of Philosophy* 34 (2):217 - 240. 2004.
- STUART, M. 'Descartes' Extended Substances'. In: Rocco, G. & Huenemann. C. (eds.), *New Essays on the Rationalists*. Oxford University Press. p. 82-104.
- WILLIAMS, B. *Descartes: The Project of Pure Inquiry*. Humanities Press. 1978.
- WOOLHOUSE, R. S. *Descartes, Spinoza, Leibniz: The Concept of Substance in Seventeenth Century Metaphysics*. Routledge. 2002.

Recebido em: 10/05/2020
Aprovado em: 01/06/2020